

	Fórum Governamental de <b>RESPONSABILIDADE  SOCIAL</b>	<b>ATA DE REUNIÃO  FÓRUM GOVERNAMENTAL DE RESPONSABILIDADE  SOCIAL</b>
---	---	--

**Identificação da Reunião**

<b>Número/Ano: 8ª Reunião – 24/08/2011</b>			
<b>Início: 9h30min</b>		<b>Término: 17h30min</b>	
<b>Local: Confederação Nacional do Comércio - CNC</b> Setor Bancário Norte - Quadra 1, Bloco B, nº. 14 – 18º andar, Sala de Reuniões - Brasília / DF.			
<b>Relatora:</b> Andréa Santini Henriques			
<b>Presentes:</b>			
<b>NOME</b>	<b>ÓRGÃO</b>	<b>TELEFONE</b>	<b>E-MAIL</b>
Ana Maria Castro Borges	CSJT/TST	(61) 3043-3752	ana.borges@tst.jus.br
Andréa Santini Henriques	Inmetro / Diape	(61)3348.6300	ashenriques@inmetro.gov.br
Jacimara Machado	Câmara dos Deputados	(61) 3216.2169	ecocamara@camara.gov.br
Patrícia Almeida Ashley	UFF	(21) 8101.8146	ecocidades@gmail.com
Priscila Menezes Machado	SLTI / MP	(61) 2020-1068	priscila.machado@planejamento.gov.br
Fabrcio Arthur Magalhães	SLTI / MP	(61) 2020-1279	fabrcio.magalhaes@planejamento.gov.br
Haroldo Motta	ANATEL	(61) 2312-2336	hmotta@anatel.gov.br
Helvécio Milhomem	SERPRO	(61) 2021.7967	helvecio.milhomem@serpro.gov.br
Queise Leocádia Mandim	IPEA	(61) 3315.5149	queise.mandim@ipea.gov.br
Maria Fernanda Teixeira	IBRAM	(61) 3214.5659	mariafernandabarbosa@gmail.com
Cristine Marcial	IBRAM	(61) 2024.4311	cristine.marcial@museus.gov.br
Maria Neide Alves Ribeiro	SESI	(61) 3317.9097	neide.ribeiro@sesi.org.br
Adriana Jannuzzi	Câmara dos Deputados	(61) 3216.2000	adriana.jannuzzi@camara.gov.br
Luis Fernando Lara Rezende	IPEA	(61) 7815.7348	luis.resende@ipea.gov.br
Paulo Henrique S. de Moura	ECT/ Correios	(61) 9115.8661 (61) 9952.3388	paulohenrique@correios.com.br
Márcia Miranda Moreira	TST	(61) 3043.3697	mmm@tst.jus.br
Anderson Gomes	SLTI/ MP	(61) 2020.1270	anderson.gomes@planejamento.gov.br
Fátima França	MPS	(61) 2021.5878	fatima.franca@previdencia.gov.br
Valéria Fazzura	MDS	(61) 3433.1003	valeria.fazzura@mds.gov.br
Telma Firme	CSJT/ TST	(61) 8119.1009	telma.firme@tst.jus.br

Cláudia Americano	ECT/ Correios	(61) 9649.5530	claudiaamericano@correios.com.br
Antônio Virgílio	SLTI/ MP	(61) 9668.9146	antonio.andrade@planejamento.gov.br
Paula Barreto	BNDES	(21) 2172.6077	paula.barreto@bndes.gov.br
Vanessa Oliveira	Secult - GDF	(61) 9635.7550	vanessita.bsb@gmail.com
Selma Martins Melo	MPS	(61) 2021.5763 (61) 8153.8965	selma.botelho@previdencia.gov.br
Luciene Strada	DPU	(21) 9942.1254	luciene.oliveira@dpu.gov.br

<b>Ausências Justificadas:</b>	
Maria Teresa Rezende	Inmetro
Edson Cunha	Petrobrás
André Ferro	BNDES

### **Pauta**

- 1) Leitura e aprovação da Ata da Sétima Plenária do Fórum;
- 2) Palestra “**Modelo SESI de Sustentabilidade no Trabalho**” - por Neide Alves Ribeiro, Coordenadora Nacional do Modelo SESI de Responsabilidade no Trabalho, Unidade de Responsabilidade Social Empresarial - SESI - Departamento Nacional.
- 3) Palestra "**NBR 16001 - Norma Nacional de Responsabilidade Social - processo de revisão**" - por Andréa Santini Henriques - Pesquisadora Tecnologista do Inmetro e Especialista da Categoria Governo na Delegação Brasileira de elaboração da ISO 26000.
- 4) Apresentação dos primeiros resultados do questionário para identificação de perfil em responsabilidade social das instituições públicas, por **André Ferro**, do BNDES;
- 5) Informes dos Grupos de Trabalho e Assuntos gerais;
- 6) Encaminhamentos

### **1 – Abertura / Aprovação da pauta**

A Sra. Andréa Santini, do Inmetro (Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia), abriu a reunião dando boas vindas e agradecendo a presença de todos, passando-se, então, às apresentações das instituições participantes e de seus representantes. Anunciou que esta era a 1ª reunião em que a Câmara dos Deputados, representada por Jacimara Machado, participava como membro da coordenação do Fórum, estando, portanto, os Três Poderes representados na coordenação.

Em seguida, colocou a pauta da reunião para aprovação, a qual foi aprovada sem alterações, bem como apresentou a ata da 7ª reunião para aprovação do grupo. A ata foi aprovada sem restrições.

## 2) Palestra “Modelo SESI de Sustentabilidade no Trabalho”

A Sra. Neide Alves Ribeiro, do SESI (Serviço Social da Indústria) falou sobre o modelo SESI de sustentabilidade no trabalho.

A metodologia partiu do Prêmio SESI de Qualidade de Vida no Trabalho e procurou alinhamento com as principais ferramentas de Responsabilidade Social como indicadores Ethos, GRI, Pacto Global da ONU, a norma técnica NBR16001, além da ISO 14000. O modelo SESI foi desenvolvido em 2008 e a sua aplicação piloto ocorreu em 2009. Hoje contam com a adesão de 373 empresas em todo o território nacional.

O modelo contempla 3 etapas principais:

- 1) Autoavaliação da empresa - por meio de questionário para os colaboradores e gestores;
- 2) Visita à empresa e Reunião de Consenso com o Time de Avaliação da Empresa - observação pelo consultador/facilitador do SESI de questões relativas à gestão da produção e discussão e ajuste de notas com o time de avaliação, até chegar-se ao consenso, caso haja divergências. O objetivo da reunião de consenso é garantir o grau de conformidade da pontuação do questionário, que deve refletir a realidade da empresa;
- 3) Apresentação (devolução) dos resultados e priorização das oportunidades de melhorias identificadas

O SESI disponibiliza consultoria para as empresas interessadas em aplicar o modelo.

Foi apresentado gráfico de análise de evolução na aplicação do modelo sustentável.

Este é um modelo que tem motivado as empresas a melhorarem as suas práticas, é dinâmico permitindo o aprimoramento contínuo e é aplicável a todos os tipos e portes de empresas, em especial as industriais.

Após a apresentação, iniciou-se um debate que levantou questões interessantes, das quais se destacam as seguintes:

A professora Patrícia Ashley ressaltou a importância do método por ser pedagógico e sistêmico. Ressaltou a importância do SESI no avanço das questões relativas à democratização das relações de trabalho em uma cultura marcada pelo caráter de “dono” da empresa e muitas vezes com a postura passiva dos trabalhadores. Ponderou que quando se fala em produtividade e competitividade esbarra-se em uma série de barreiras institucionais para cuja superação se faz fundamental a articulação das associações empresariais, comerciais, federações de todos os segmentos, em conjunto com os sindicatos de trabalhadores.

Foi levantada a necessidade do maior envolvimento das partes interessadas, em especial dos trabalhadores, em outras etapas da metodologia. A expositora disse que já estão trabalhando para a próxima revisão no sentido de incluir a participação dos trabalhadores na priorização dos indicadores e temas.

Essa metodologia tem sido utilizada por algumas estatais, entre elas os Correios e as Companhias Estaduais de Águas. A experiência dos Correios foi relatada pelos representantes dos Correios, Sra. Claudia Americano e Sr. Paulo Henrique, tendo sido enfatizada a sua importância para a permanência do espaço de responsabilidade social na empresa, que congrega cerca de 30 mil funcionários em todo o Brasil. A aplicação do modelo SESI foi iniciada em 2009 nos Correios, e hoje, como resultado dessa aplicação, se desenha a nova estratégia “Correio 2020”, incluindo, ainda que embrionariamente, a idéia da sustentabilidade e da mudança cultural do espírito da competição para o espírito da cooperação.

O SESI constata na prática que a melhoria da qualidade de vida no trabalho impacta diretamente na melhoria dos resultados das empresas e busca desenvolver mecanismos que demonstre essa percepção cientificamente, por meio de análise estatística. Os estudos já estão em andamento.

A ferramenta tem sido mais utilizada entre médias e grandes empresas, sendo o percentual de aplicação em micro empresas de apenas cerca de 5%.

Perguntou-se se o modelo englobava questões como acessibilidade às pessoas com deficiência e inclusão dessas pessoas, bem como se o modelo englobava questões como comunidade do entorno. Para ambas as questões a resposta foi afirmativa.

O Modelo SESI de Sustentabilidade no Trabalho vem passando por atualizações com vistas a alinhar os seus indicadores às diretrizes da ISO 26000, aos princípios do Pacto Global e a outras iniciativas nacionais e internacionais.

Foi solicitada a disponibilização do questionário para os membros do Fórum, a fim de que possam melhor conhecer a ferramenta em seus detalhes.

A Sra. Paula Barreto, do BNDES, levantou dilemas de como equacionar questões como a urgente necessidade de se reduzir as emissões que causam o aquecimento global, versus o aumento populacional para os próximos anos e o aumento da demanda por energia, produtos e serviços que geram mais emissões, somada a necessidade de inclusão e melhoria da qualidade de vida de grande parte da humanidade.

Por fim, a Sra. Ana Borges, do CSJT, agradeceu, em nome do Fórum, ao SESI e particularmente à palestrante por sua apresentação.

### **3) Palestra "NBR 16001 - Norma Nacional de Responsabilidade Social - processo de revisão.**

A Sra. Andréa Santini, do Inmetro, falou sobre o processo de revisão da NBR 16001. Esclareceu que consta das boas práticas de normalização que de 5 em 5 anos as normas sejam revisadas. No caso da NBR 16001 que foi publicada em dezembro de 2004 esse prazo já expirou. Somado a isso, apresenta-se o fato de que foi publicada uma norma internacional de Diretrizes em Responsabilidade Social, a ISO 26000. Destacou que esta última foi fruto de 5 anos de trabalho, de amplo consenso, tendo tido a participação de 6 categorias de *stakeholders* (governo, indústria, trabalhadores, ong's, consumidores e academia/consultoria), com 99 países participantes da sua elaboração e cerca de 450 especialistas e 220 observadores.

Apresentou os principais pontos das duas normas; estrutura, propósitos, princípios, definições e temas. Ressaltou que são normas de caráter distintos, sendo a NBR 16001 uma norma apropriada à certificação, para a qual o Inmetro desenvolveu o pioneiro Programa Brasileiro de Certificação em Responsabilidade Social, que conta hoje com 20 empresas certificadas em cerca de 100 localidades e 8.000 trabalhadores envolvidos. Já a norma internacional é uma norma de diretrizes, sem o propósito de certificação.

Salientou que as normas são complementares e não rivais. A revisão da NBR 16001 à luz da ISO 26000 será muito oportuna, pois possibilitará a atualização da norma frente ao entendimento recém-consolidado internacionalmente do que seja a Responsabilidade Social e sua importância para o Desenvolvimento Sustentável.

Destacou alguns pontos da pesquisa recentemente realizada com as empresas certificadas na NBR 16001 que evidenciam o quanto a adoção da norma agregou valor às empresas, em especial, no que se refere à melhoria do relacionamento com os *stakeholders*, à capacidade de reter seus empregados e à reputação das empresas.

Apresentou o Termo de Referência estabelecido para a revisão da norma aprovado na última reunião da Comissão Especial de Estudos de Responsabilidade Social da ABNT (ABNT/CEE-RS) e o seu cronograma de execução. A proposta é de que até a 1ª semana de março de 2012 a norma revisada seja publicada.

Enfatizou que este é um processo aberto à ampla participação e que todos que puderem participar serão muito bem vindos. Para tal, orientou no sentido de que os interessados devem enviar e-mail à secretaria da ABNT ([milena.pires@abnt.org.br](mailto:milena.pires@abnt.org.br)) solicitando convite. Além disso, afirmou que continuará a enviar para comentários de todo o Fórum as minutas da norma, que também serão disponibilizadas para consulta pública.

Informou que outros países como, por exemplo, Dinamarca e Portugal elaboraram normas de certificação à luz da ISO 26000 e outros países como a Índia estão desenvolvendo as suas, tendo sido ressaltado o protagonismo do Brasil e a importância de os membros do Fórum participarem do processo de revisão da NBR 16001.

#### **4) Apresentação dos primeiros resultados do questionário para identificação de perfil em responsabilidade social das instituições públicas, por André Ferro, do BNDES.**

A Sra Paula Barreto, do BNDES, justificou a ausência do Sr. André Ferro e explicou o objetivo do questionário, que é o de levantar o perfil das organizações participantes do Fórum relativo à Responsabilidade Social, com o intuito de trocar experiências, identificar oportunidades de temas a serem tratados por todos, bem como principais dificuldades encontradas visando à busca de soluções.

Ressaltou o baixo número de entrega de questionários e informou que foi prorrogado o prazo para entrega dos mesmos para o dia 27 de setembro.

#### **5) Informes dos Grupos de Trabalho e Assuntos Gerais**

Foram abordadas as questões que seguem:

##### **Compras sustentáveis:**

A Sra Jacimara salientou o importante papel que o Fórum poderá desempenhar no sentido de propiciar que normas como a NBR 16001 e a ISO 26000 sejam incorporadas em nossas estruturas de trabalho e fazer com que requisitos dessas normas sejam atrelados às compras sustentáveis. O Fórum pode contribuir intelectualmente e estrategicamente desenvolvendo mecanismos em conjunto e recomendando a sua aplicação.

A Sra. Patrícia Asheley ressaltou a importância de se construir conhecimento coletivo dentro do governo brasileiro sobre o assunto. Informou que o governo da Holanda está adotando auto declaração das empresas, porém frisou que este fato não pode ser visto dissociado da cultura do país. Precisamos contextualizar na cultura e estágio de desenvolvimento de cada sociedade e que incorporemos esta discussão dentro das características da nossa cultura.

Trouxe também o caso da China, o qual pode constatar durante visita realizada em julho àquele país, pelo Top China Santander, em que destacou 3 pontos: i. A China e o Brasil estão mais próximos em cooperação internacional, sendo realizadas várias reuniões entre os dois países para articulação de ações comuns; ii. o Plano Quinquenal 2011-2015 da China, aprovado pelo parlamento chinês em março, muda significativamente o padrão e modelo de desenvolvimento da China em direção à economia verde e inclusiva, focando no mercado interno e menores taxas de crescimento para lidar com alteração para padrões sustentáveis (será referência mundial na atração de tecnologias e conhecimentos para aplicar o plano e alcançar as metas até 2015); e iii. desde 2009 a China vem articulando níveis de governo nacional, provincial e municipal, empresas e sociedade para desenvolver e aplicar políticas e estratégias para eco regiões (cinco) e eco cidades (oito). Concluiu que, para nós brasileiros é muito bom termos a dimensão e a hierarquia das políticas chinesas em políticas públicas criando casos e referências para os discursos globais. Salientou que no Brasil existe muita coisa sendo feita, mas são iniciativas que precisam ser integradas, pois está fragmentado.

Andréa Santini destacou a importância da criação do mercado interno para produtos sustentáveis e do preparo junto aos fornecedores no estabelecimento de prazos para que estas empresas possam se preparar para uma agenda de produtos verdes.

O Sr. Anderson, representante do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, enfatizou a necessidade do estabelecimento de critérios técnicos para compras sustentáveis, que devem ser fruto de construção conjunta entre os que normatizam, os que fiscalizam e os que tomam decisões políticas. Lembrou que a segurança jurídica já existe e que precisamos trabalhar no sentido de construir a segurança técnica, na definição de critérios e valores que indiquem claramente o que é sustentável ou não. Para tal, destacou a importância do Inmetro e da ABNT no estabelecimento de padrões que possam oferecer clara orientação quanto a requisitos mínimos de, por exemplo, materiais ou serviços sustentáveis ou eco eficientes. Ressaltou também a necessidade de capacitar os órgãos tanto nos aspectos jurídicos, como nos aspectos operacionais. Por trabalhar diretamente no sistema, enfatizou a dificuldade que se tem encontrado em justificar tecnicamente o porquê o item é sustentável. Informou que existem no mercado fornecedores que têm se auto declarado sustentáveis( ou seus produtos), mas que notoriamente não o são.

A Sra. Priscila Machado, do MP informou que será estabelecido um comitê interministerial com a competência para elaborar ou encomendar estudos e critérios sobre o que é ou não sustentável para dar segurança ao licitante. Esse comitê será criado a partir de Decreto que está sendo elaborado por um GT.

Ratificou as palavras do Sr. Anderson de que a maior dificuldade encontrada está em definir os critérios técnicos, padronização dos mecanismos e sua operacionalização. A intenção é que se vá avançando nessa questão, por meio do lançamento de portarias que estabeleçam critérios, inicialmente, mínimos para um rol de produtos. Com isso, espera-se que, gradativamente, se amplie o universo de produtos e serviços sustentáveis ou eco eficientes e, paralelamente, cresça a exigência dos requisitos mínimos. Informou que estão trabalhando no sentido de incluir não somente critérios ambientais, mas também critérios sociais às compras sustentáveis.

O Sr Helvécio, do SERPRO, explicitou a importância de se atuar concretamente e que o Fórum pode ajudar, por exemplo, em sugestões de emendas ao PPA, caso este já tenha sido enviado ao congresso. Prontificou-se a verificar o estágio deste e informar ao Fórum.

Após amplo debate definiu-se que a Sra. Priscila Machado consultará seu secretário sobre a viabilidade de um representante do FGRS, (foi escolhido o Sr. Anderson Gomes, do MP), compor o grupo de trabalho que elaborará o Decreto, o qual estabelecerá as entidades integrantes do comitê interministerial e definirá quais os materiais e serviços para cujos critérios ou requisitos mínimos de sustentabilidade deverão ser primeiramente estabelecidos.

Ficou decidido que haverá reunião extraordinária do FGRS, sobre compras sustentáveis, quando a 1ª minuta do decreto estiver pronta para que o Fórum faça suas contribuições.

#### **Institucionalização do Fórum Governamental:**

A Sra. Andréa Santini fez um breve histórico dessa questão, para a qual foi desenhada proposta de Acordo de Cooperação entre os Três Poderes, hoje em trânsito na Secretaria-Geral da Presidência da República, a qual propôs uma articulação com o Fórum de Direitos Humanos e Cidadania. A Sra. Luciane Strada, defensora pública federal, se prontificou a colaborar no sentido de articular alguns contatos que possam auxiliar no avanço desse Acordo.

#### **Participação em Grupo de Trabalho para Plano Brasil Sem Miséria (BSM) :**

A Sra. Ana Borges informou que o FGRS foi convidado a integrar grupo de trabalho do Ministério do Desenvolvimento Social, responsável por elaborar proposta de investimento social para parceria das empresas estatais com o Plano Brasil sem Miséria - BSM, como parte de sua responsabilidade social. São consideradas, para o âmbito dessa política, famílias com rendimento mensal até R\$70,00 (setenta reais) *per capita*.

#### **Mulheres Escalpeladas:**

A Sra. Luciene Strada, da Defensoria Pública da União, informou que é coordenadora do projeto de erradicação de escalpelamento, acidente brutal comum na região norte do país, que ocorre em embarcações de pequeno porte e, na sua maioria, embarcações familiares. Esse acidente tem vitimado na maioria meninas de 4 a 8 anos. Hoje existem 230 pessoas cadastradas para processo de assistência jurídica. Explicou que o projeto visa a atuação tanto em ações reparadoras (cirurgia plástica, direitos individuais e reinserção das vítimas no mercado de trabalho) como em ações preventivas, que consistem principalmente na cobertura de eixos dos motores das embarcações, para a qual existe um protótipo de proposta de capa do motor de pequenos barcos, os maiores causadores desse acidente. Explicou que obtiveram linha de crédito para modernização da frota de pessoas de baixa renda, da população ribeirinha, porém estão sem ter como utilizar esse recurso, pois necessitam de um gestor para a linha de crédito. Na reunião foi identificada uma possível parceria entre a Defensoria Pública, que apresentou a questão, e o Ministério da Previdência, ali presente. Fátima França, do Ministério da Previdência Social, propôs mobilização entre os Ministérios que podem fazer ações preventivas, como é o caso do seu Ministério, que pode colaborar no preventivo, com entrega de material educacional e de sensibilização. Explicou que o Ministério da Previdência Social tem um barco que percorre a Amazônia durante 45 dias as populações ribeirinhas.

#### **Rio + 20:**

A Sra. Jacimara, da Câmara dos Deputados, informou que está havendo uma grande mobilização de encontros descentralizados, nas cinco regiões do Brasil, sendo o tema principal Economia Verde, fazendo a sua ligação com as questões sociais e a erradicação da pobreza. Estes encontros irão gerar documentos com as expectativas dos

diversos atores sociais em relação ao tema, para serem levados às autoridades brasileiras que terão assentos na Rio + 20. Quanto ao pleito do Fórum junto ao MMA, para participar das discussões em torno da preparação do primeiro *draft* para a Rio +20, o Ministério informou que abriu consulta pública - **Visões Nacionais para a Rio+20**, disponibilizando um questionário, com onze perguntas, que está disponível no site do MMA , em hotsite: O MMA na Rio +20. Os interessados deverão preenchê-lo e enviar ao MMA.

#### **Sugestão de temas para as próximas reuniões:**

A Sra. Ana Borges informou que existem vários temas a serem tratados nos próximos encontros: Plano Brasil Sem Miséria, combate à corrupção, equidade de gênero, Rio + 20, Plano Plurianual (PPA), além de compras sustentáveis.

Dentre as propostas, houve a proposição de trazer interlocutor do MDS, possivelmente o chefe de Gabinete da SESEP, Nabil Kadri, (a confirmar) para apresentar o Plano Brasil Sem Miséria.

A Sra. Paula, do BNDES, sugeriu que pautássemos uma apresentação sobre o GRI .

#### **6) Encaminhamentos:**

\* Encaminhamento dos questionários de identificação de perfil em responsabilidade social das instituições públicas a ser respondido pelas instituições com representação no Fórum. O assunto será tratado na próxima reunião;

\* Solicitação ao MP para indicar representante do Fórum para integrar GT que trata dos critérios sobre compras públicas.

\* Identificação de gestor financeiro que ofereça microcrédito em condições acessíveis às populações ribeirinhas para aquisição de motores que possuam cobertura igual ou similar ao protótipo elaborado pela Agrale;

#### **- Próxima reunião:**

- **20 de outubro de 2011 na Câmara dos Deputados.**

#### **Material Distribuído:**

- Entrega de CD do Projeto Sabiá do SERPRO, feita pelo representante da instituição, contendo programa de leitura acessível para deficientes.

Nada mais havendo a tratar, a Sra. Ana Borges encerrou a reunião, agradecendo em nome do FGRS a presença de todos.

#### **Coordenação do Fórum:**

**Inmetro – CSJT – Câmara dos Deputados**